



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
sábado • 26 de julho de 2014

Sergipe está com Plano de Resíduos Sólidos atrasado

Dos quatro consórcios, apenas um começou parcialmente a desenvolver as atividades

LINDIVALDO RIBEIRO/CB

Karla Pinheiro

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que deve ser elaborado e implantado nos municípios brasileiros até o próximo mês, foi o assunto da palestra no Tribunal de Contas do Estado na manhã de ontem, 25. Sergipe não é diferente de outros estados e está com o processo de destinação de resíduos sólidos atrasado.

A Lei Federal nº 12.305, criada em 2010, estabelece uma série de critérios para resolver a destinação dos resíduos nas cidades brasileiras. O prazo para que os municípios entregassem o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos acabou em 2012 e agora em agosto de 2014 encerra o prazo para a destinação desses resíduos.

“Em 2012, apenas 10% dos 5.565 municípios brasileiros entregaram o plano. Em 2014 encerra o prazo para a destinação final, a solução do problema, e infelizmente 50% dos municípios do país ainda não entregaram o plano, não fizeram o dever de casa. O Tribunal de Contas, que faz a fiscalização dos recursos públicos, tem a obrigação de fazer o controle ambiental e está fazendo exatamente esse trabalho de conscientização para todos os gestores, sob a possibilidade desses gestores serem penalizados, inclusive podendo chegar ao extremo da rejeição de contas, porque é uma lei que determina isso”, explicou o Conselheiro do TC do Amazonas e consultor das Organizações das Nações Unidas (ONU), Júlio Pinheiro.



■ Palestra sobre descarte de resíduos sólidos ocorreu ontem no Tribunal de Contas de Sergipe

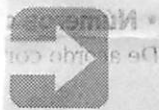
plano aplicado pelo Tribunal de Contas em seu Estado. Lá foram feitas auditorias ambientais que resultaram na entrega de 100% dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. “Isso ocorreu graças ao trabalho preventivo que realizamos e é isso que o TCE/SE está fazendo no sentido de orientar e alertar os gestores para a necessidade de cumprir a lei. Antes de ser uma questão de ordem ambiental, o lixo é uma questão de saúde pública das mais urgentes, mais importantes, porque o lixo jogado nos lixões a céu aberto contamina o subsolo, contamina os leitos e igarapés dos rios e os lençóis freáticos. Com isso produz uma série de doenças, a exemplo da cólera, febre tifóide e outras doenças produzidas por vetores”, reforçou.

de Controle Externo de Obras e Serviço do TCE/SE, Antônio Álvaro de Carvalho, nenhum ainda está operando. “Essa é a terceira reunião, desde o início do ano, que fazemos com os consórcios de forma a contribuir e acelerar esse processo no Estado. Temos quatro consórcios constituídos, mas não funcionam. Nós queremos conscientizar e alertar para o prazo que está chegando ao fim, e os gestores serão penalizados por isso”, disse.

Dos quatro consórcios de Sergipe, apenas um começou parcialmente a desenvolver atividades. O presidente do consórcio Sul /Centro Sul, Jean Carlos Nascimento, contou que eles já começaram a receber notificações do Ministério Público Estadual, cobrando a destinação dos resíduos.

• Doenças

Na palestra, o conselheiro trouxe o exem-



PRAZO PARA MUNICÍPIOS ENTREGAREM O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ACABOU EM 2012

“Muitos entregaram o plano, mas não fizeram a destinação final, não deram a destinação correta. Só entregar o plano não era o suficiente. O Governo Federal precisa aportar recursos para isso, pois não se constrói aterro sanitário sem recursos. E aterro sanitário já não é a melhor solução, é a solução hoje possível para nós. Nos países desenvolvidos se gera energia com o lixo. Lá eles aplicam a política do lixo zero, acabam com todo o lixo dando a destinação correta a uma parte, através da reciclagem, e a outra, fazendo a chamada recuperação energética”, alertou Pinheiro.

• Sergipe

Em Sergipe, quatro consórcios foram criados no Estado, mas segundo o diretor

“O plano estadual ainda não está concluído. Já se sabe quais são os quatro municípios no estado para construir os aterros, mas falta que seja feito o estudo de concepção que vai determinar o local ideal para receber esse aterro”, explicou Jean Carlos, que também é prefeito do município de Boquim, local onde a coleta seletiva começou a ser implantada.

“O consórcio Sul/Centro é composto por 16 municípios, mas ainda falta muita coisa. Lá em Boquim, nós começamos o processo com a criação da cooperativa e a coleta seletiva. Começamos a coleta com as escolas e com os órgãos públicos, e depois passaremos para os bairros. O lixo recolhido é posto em um terreno cedido pela prefeitura e lá os cooperados fazem a coleta e dão a destinação”, contou Jean.